

TRIBUNAL DE CONTAS

Valci completa 8 anos afastado e com salário

O conselheiro está longe da função desde abril de 2007, quando foi acusado de receber propina, mas não foi julgado

Pedro Callegario

Afastado do cargo há oito anos e recebendo parte do salário. Essa é a situação do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) Valci Ferreira, que aguarda julgamento de ação penal a que responde no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ele está longe da função desde abril de 2007, quando o tribunal acatou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e abriu processo por suposto recebimento de propina de obras públicas, contratação irregular de seguro de vida para deputados quando esteve no Legislativo e lavagem de dinheiro.

Passado mais de oito anos do afastamento e mais de 10 anos da denúncia, de 2004, o conselheiro ainda aguarda o julgamento e recebe o salário. Em junho, a Justiça estadual diminuiu o valor do bloqueio do pagamento de 40% para 20% por conta de processo de improbidade a que ele responde.

No último mês, Valci recebeu R\$ 16.974,74 líquido. O salário bruto de conselheiro é de R\$ 30.471,10. E outros R\$ 14.155,14 de aposentadoria como ex-deputado. Somando tudo, ele recebeu R\$ 31.129,88.

Perto de completar 69 anos, ele tem pelo menos mais de um ano no cargo. Se aprovada a chamada PEC da Bengala, que amplia para 75 anos a idade limite para aposentadoria, terá mais seis anos.

O advogado e doutor em Direito Luiz Henrique Alochio disse que não há motivos para o afastamento por oito anos. "Independente de quem seja e dos fatos, é estranho o afastamento por esse tempo."



OS NÚMEROS

RS 31,1 mil
é quanto Valci recebeu no TC e com a aposentadoria

VALCI entrou com recurso no STF para voltar ao cargo, mas ele foi negado

Na última semana, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de Valci para voltar ao cargo.

Ele solicitou informações ao STJ sobre o andamento da ação penal e, do Tribunal de Contas, o processo administrativo, o que a Corte de contas informou que não existe.

O advogado Marcellus Ferreira Pinto apontou que o prazo para a investigação administrativa, que seria de cinco anos e pode levar a condenação à aposentadoria compulsória, já está prescrito.

OS NÚMEROS

"Sanção antecipada"

A reportagem ligou para a casa de Valci Ferreira, na manhã e tarde de ontem, mas não conseguiu localizá-lo. Ao pedir para voltar ao cargo no STF na última semana, ele alegou que o afastamento é "sanção antecipada, desproporcional e desnecessária, em desarmonia com a presunção de não culpabilidade e a duração razoável do processo".

TRIBUNAS

Denúncia de contratos superfaturados

Investigação

O CONSELHEIRO afastado do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) Valci Ferreira foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2004, por suposto recebimento de propina de contratos superfaturados de obras públicas para construção de ginásios em escolas públicas.

ELE TAMBÉM é acusado de contratação irregular de seguro de vida de deputados estaduais - à época, ele presidia o Instituto de Previdência deles. E teria lavado o dinheiro por meio do frigorífico Beija-Flor.

EM ABRIL DE 2007, ao acatar a denúncia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamen-



FACHADA DO TC: afastamento

to de Valci do cargo de conselheiro do órgão.

O processo

DESDE 25 de agosto de 2014, o processo está com o ministro do STJ

Mauro Campbell para elaboração do voto e inclusão para julgamento.

Pedido para voltar

EM DECORRÊNCIA dos oito anos de afastamento sem ter ocorrido o julgamento, Valci solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para voltar ao cargo, mas teve o pedido liminar negado pelo ministro Marco Aurélio Mello.

O MAGISTRADO, na decisão da última semana, solicitou informação ao STJ sobre o andamento da ação penal, assim como ao TC-ES sobre processo administrativo que, segundo a Corte, nunca foi aberto contra o conselheiro.

PLENARIO

plenario@redetribuna.com.br

Botão do Pânico vai para São Paulo

A maior cidade do País e da América Latina vai aprender com Vitória. A Secretaria de Políticas para as Mulheres de São Paulo enviou ofício ao secretário de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória, Marcelo Nolasco, pedindo mais informações sobre o funcionamento do Botão do Pânico.

Dispositivo criado para proteger mulheres da violência no Estado que ocupava, até 2012, o 1º lugar em feminicídio do País, o Botão do Pânico, em dois anos e quatro meses, já foi acionado 23 vezes e levou à prisão, em flagrante, 11 suspeitos. Segundo Nolasco, o atendimento leva de 3 a 9 minutos e nenhuma das mulheres atendidas foi agredida após o dispositivo.

"Já foi aprovada a lei em São Paulo e o Botão do Pânico será implantado lá. Hoje, 62 mulheres são atendidas e estamos em licitação para adquirir 300 Botões do Pânico", disse Nolasco.

* * *

Procon nos shoppings

O deputado estadual Marcos Bruno protocolou projeto que obriga shoppings, centros comerciais e aeroportos com mais de 65 lojas a ter, em seu espaço, um posto de atendimento do Procon.

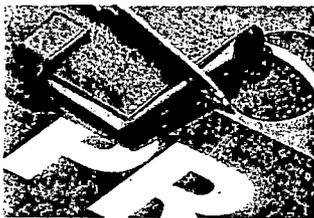
Se aprovado, o descumprimento da medida vai gerar multa de R\$ 268 a R\$ 1.340. A medida, segundo o deputado, é para proteger o consumidor.

Conselho Tutelar

O vereador de Vitória Marcelão Freitas protocolou projeto que obriga o município de Vitória a ter mais um Conselho Tutelar para atender aos moradores da capital.

Ele justifica que resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente exige um Conselho Tutelar a cada 100 mil habitantes. Vitória tem dois, para 330 mil.

* * *



Feira livre sem bicicletas

O vereador da Serra Marcos Tongo protocolou projeto que obriga a prefeitura a instalar bicicletários próximos às áreas onde ocorrem feiras livres no município.

A intenção de Tongo é melhorar o trânsito dos pedestres, as compras e, ao mesmo tempo, não impedir que feirantes e clientes transitem com suas bicicletas. "Os municípios precisam de segurança para deixar suas bicicletas e frequentarem as feiras."

* * *

Delator do Swissleaks na CPI do HSBC

A CPI do HSBC faz na terça-feira uma teleconferência com Hervé Falciani, especialista em sistemas de computador, que revelou dados do escândalo Swissleaks - esquema de suposta evasão de divisas que contaria com oito mil brasileiros correntistas do HSBC da Suíça. De acordo com o relator da CPI, senador Ricardo Ferraço, a audiência foi aprovada após o governo francês recusar acesso aos dados do Swissleaks. "Foi um balde de água fria", afirmou.

GABINETE

MARCELO REELEITO

O deputado Marcelo Santos deve ser confirmado como presidente do diretório do PMDB de Cariacica no próximo sábado. A eleição, com chapa única, será na Câmara da cidade.

ARRAIÁ DA ARTICULAÇÃO

O bairro Jardim Camburi, em Vitória, faz hoje arraiá e quem deve aparecer para iniciar as articulações são os pré-candidatos à Câmara do bairro. Pelo menos quatro já estão colocando o bloco na rua.

GRATIFICAÇÃO A MÉDICOS

A senadora Rose de Freitas, que preside a Comissão Mista de Orçamento, se reuniu com representantes da Federação Nacional dos Médicos e se comprometeu a ajudá-los no pagamento das gratificações por desempenho a 48 mil médicos federais.

DEFESA

"Todos nós defendemos as mulheres, mas quando somos governados por uma mulher, não a respeitamos. Dilma pode ter muitos defeitos, mas ela não é uma criminosa". Do deputado estadual Rodrigo Coelho (PT).